

Turismo e os Bens Comuns: Desenvolvimento do Observatório “*Tourism Commons*”

Tourism and the Commons: Development of the “Tourism Commons” Observatory

Mayara Roberta Martins

FURG. Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil

Ana Lúcia Oliveira da Silva

UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil

GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo: O turismo constitui-se como um fenômeno social, econômico e cultural marcado por dinâmicas complexas de mobilidade, interação e produção territorial. Este artigo tem como objetivo analisar o turismo de base comunitária sob a perspectiva dos bens comuns, a partir da apresentação do projeto “Observatório do Turismo como Bem Comum – Tourism Commons”, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo estrutura-se na adaptação de um modelo de observatórios baseado em seis dimensões analíticas: dados, metodologias, comunidade, inteligência, infraestrutura e governança. Os resultados indicam que há uma lacuna significativa na literatura quanto à integração entre turismo, governança e teoria dos bens comuns, especialmente em contextos latino-americanos. Conclui-se que o turismo pode ser compreendido como um bem comum híbrido, cuja sustentabilidade depende de arranjos institucionais participativos e da ação coletiva. O observatório proposto apresenta-se como uma inovação relevante, contribuindo para a sistematização de dados, fortalecimento da governança e formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Turismo comunitário; bens comuns; governança; sustentabilidade; políticas públicas.

Abstract: Tourism is a social, economic, and cultural phenomenon marked by complex dynamics of mobility, interaction, and territorial production. This article aims to analyze community-based tourism from the perspective of the commons, based on the presentation of the project “Tourism Commons Observatory,” developed at the Federal University of Rio Grande. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and descriptive study based on bibliographic and documentary research. The study is structured around an adaptation of an observatory model composed of six analytical dimensions: data, methodologies, community, intelligence, infrastructure, and governance. The results indicate a significant gap in the literature regarding the integration of tourism, governance, and commons theory, especially in Latin American contexts. It is concluded that tourism can be understood as a hybrid common good, whose sustainability depends on participatory institutional arrangements and collective action. The proposed observatory emerges as a relevant innovation, contributing to data systematization, governance strengthening, and public policy formulation.

Keywords: Community-based tourism; commons; governance; sustainability; public policies.

1. Introdução

O turismo configura-se como um fenômeno multidimensional que articula mobilidade, práticas culturais e relações sociais, sendo capaz de produzir transformações significativas nos territórios onde se desenvolve. Para além de sua dimensão econômica, o turismo envolve processos simbólicos, políticos e ambientais que demandam abordagens analíticas integradas.

Nesse contexto, este artigo apresenta e discute o projeto “Observatório do Turismo como Bem Comum – Tourism Commons”, iniciativa vinculada à Universidade Federal do Rio Grande (PESQ-2314, 2023)¹, fundamentada na teoria dos bens comuns, conforme proposta por Ostrom (1990). A autora demonstra que recursos compartilhados podem ser geridos de forma sustentável por meio da ação coletiva, desafiando modelos tradicionais de gestão centrados exclusivamente no Estado ou no mercado.

A proposta do observatório parte da compreensão do turismo como um recurso compartilhado, envolvendo dimensões materiais e imateriais, cuja gestão exige mecanismos coletivos e participativos. Assim, o estudo tem como objetivo geral analisar o turismo comunitário no Brasil e na América Latina sob a perspectiva dos bens comuns, buscando subsidiar políticas públicas e práticas de governança.

2. Revisão da Literatura

O turismo pode ser compreendido como um fenômeno socioeconômico complexo, relacional e multiescalar, que articula mobilidade, práticas culturais e produção de significados. Para além de sua dimensão econômica, o turismo envolve processos simbólicos, relações de poder e disputas territoriais que influenciam diretamente a organização dos espaços e das comunidades locais. Nesse sentido, Chambers (2000) destaca a centralidade das interações sociais na experiência turística, enquanto Urry (2001) demonstra que o “olhar do turista” é socialmente construído. MacCannell (1976), ao problematizar a autenticidade, evidencia as tensões entre experiências encenadas e vivências locais, reforçando o caráter mediado e, por vezes, desigual dessas relações.

¹ A presente pesquisa insere-se em uma agenda de investigação consolidada, voltada à compreensão das dinâmicas entre turismo, ação coletiva e sustentabilidade, desenvolvida no âmbito da formação doutoral da autora (MARTINS, 2018) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, atualmente, aprofundada em projeto de pesquisa contínuo e em andamento na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), desde 2023. .

No campo da sociologia rural e da economia rural, o turismo tem sido progressivamente incorporado como componente das estratégias de reprodução social no meio rural. A literatura sobre pluriatividade (Schneider, 2003) e multifuncionalidade do espaço rural (Abramovay, 1998) demonstra que as famílias rurais diversificam suas fontes de renda como forma de enfrentar a instabilidade econômica e garantir sua permanência no território. Conforme Wanderley (2000), o rural contemporâneo não pode ser reduzido à produção agrícola, sendo constituído por múltiplas funções econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto, o turismo rural e o turismo de base comunitária emergem como estratégias relevantes, articulando geração de renda, valorização cultural e fortalecimento territorial.

Entretanto, o desenvolvimento do turismo em áreas rurais ocorre em contextos marcados por profundas desigualdades estruturais. Conforme argumenta Escobar (2008), os territórios devem ser compreendidos como construções sociopolíticas, atravessadas por disputas em torno do controle dos recursos, da identidade e da autonomia. Na América Latina, tais dinâmicas estão associadas a processos históricos de concentração fundiária, exclusão social e marginalização de populações tradicionais. Nesse sentido, o turismo pode tanto reproduzir padrões de desigualdade quanto constituir-se como instrumento de transformação social, dependendo das formas de organização e governança que o sustentam.

É nesse ponto que a ação coletiva assume centralidade analítica. Conforme Murphy (1985) e Scheyvens (1999), a participação ativa das comunidades locais é condição fundamental para que o turismo promova benefícios mais equitativos. No contexto latino-americano, Maldonado (2009) e Zapata et al. (2011) demonstram que o turismo de base comunitária se estrutura, frequentemente, a partir de formas organizativas coletivas, como associações e cooperativas, que permitem maior controle local sobre os recursos e sobre os processos decisórios.

O cooperativismo e o associativismo, nesse contexto, constituem-se como formas históricas de organização no meio rural, desempenhando papel central na construção de alternativas econômicas e sociais. Singer (2002) destaca que a economia solidária — na qual se inserem muitas iniciativas de turismo comunitário — baseia-se em princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, contrapondo-se às lógicas de mercado convencionais. Pinho (2004), por sua vez, ressalta que as cooperativas rurais podem atuar como instrumentos de inclusão produtiva e fortalecimento territorial, desde que estruturadas de forma

participativa e democrática. Sabourin (2009) contribui ao evidenciar que as práticas de reciprocidade e solidariedade são elementos constitutivos das economias rurais, especialmente em contextos de agricultura familiar.

A teoria dos bens comuns oferece um referencial analítico robusto para integrar essas dimensões. Ostrom (1990) demonstra que recursos de uso comum podem ser geridos de forma sustentável por meio de regras coletivamente construídas, baseadas na confiança, na reciprocidade e na participação dos usuários. Essa abordagem é particularmente relevante para o turismo, uma vez que a atividade depende de recursos compartilhados, como territórios, paisagens, patrimônios culturais e saberes locais. Berkes (1998) amplia essa perspectiva ao integrar dimensões ecológicas e sociais, enquanto Hess (2008) destaca a expansão do conceito de comuns para bens culturais e imateriais, reforçando o caráter híbrido do turismo como recurso.

No turismo rural e comunitário, essa abordagem permite compreender a atividade como um bem comum que exige arranjos institucionais capazes de equilibrar uso, conservação e distribuição de benefícios. Nesse sentido, formas organizativas como cooperativas, associações e redes territoriais tornam-se fundamentais para a construção de mecanismos de governança que promovam equidade e sustentabilidade.

A literatura sobre governança reforça essa análise ao destacar a importância de arranjos colaborativos e multiníveis (Dredge; Jenkins, 2007; Bramwell; Lane 2011). Em contextos rurais, esses arranjos envolvem a interação entre comunidades locais, Estado e mercado, exigindo mecanismos institucionais capazes de lidar com assimetrias de poder e promover a participação social efetiva.

Adicionalmente, a abordagem dos sistemas socioecológicos (Janssen, 2010) contribui para compreender o turismo como um sistema adaptativo complexo, no qual interagem dimensões ambientais, sociais e econômicas. Essa perspectiva é particularmente relevante diante dos impactos das mudanças climáticas, que afetam tanto a base produtiva da agricultura familiar quanto às condições de desenvolvimento das atividades turísticas nos territórios.

No Brasil, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e ao turismo apresentam avanços importantes, embora ainda marcados por fragmentação e limitações

operacionais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) incorporou linhas específicas voltadas ao turismo rural, reconhecendo a atividade como estratégia de diversificação econômica. Paralelamente, iniciativas como o Programa de Regionalização do Turismo e políticas de apoio ao turismo de base comunitária buscam promover a integração entre territórios e atores. No entanto, conforme indicam estudos recentes, persistem desafios relacionados ao acesso às políticas, à continuidade das ações e à articulação entre diferentes escalas e setores.

Diante desse cenário, evidencia-se uma lacuna na literatura quanto à integração entre turismo, ação coletiva, cooperativismo, políticas públicas e teoria dos bens comuns. Grande parte dos estudos aborda esses elementos de forma isolada, sem construir um quadro analítico que permita compreender suas inter-relações de maneira sistêmica.

É nesse contexto que se insere a proposta do “Observatório do Turismo como Bem Comum – Tourism Commons”. Ao articular produção de conhecimento, sistematização de dados e fortalecimento de redes de cooperação, o observatório busca contribuir para a consolidação de uma abordagem integrada do turismo, alinhada às dinâmicas da sociologia e da economia rural, às práticas de ação coletiva e às demandas por desenvolvimento territorial sustentável.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Tal abordagem é adequada à compreensão de fenômenos complexos e multifacetados, como o turismo enquanto bem comum, permitindo a articulação entre dimensões teóricas, institucionais e empíricas no campo da sociologia e da economia rural.

A estratégia metodológica ancora-se na adaptação do modelo conceitual de observatórios proposto por Gomes et al. (2016), o qual estrutura a produção, sistematização e análise do conhecimento a partir de dimensões interdependentes. Esse modelo mostra-se particularmente pertinente ao objeto de estudo, ao possibilitar a integração entre dados, atores e processos de governança, alinhando-se às abordagens contemporâneas de ação coletiva e gestão de bens comuns.

Nesse sentido, o desenho metodológico organiza-se em seis dimensões estruturantes. A dimensão Dados refere-se à construção de um banco de dados sistematizado, voltado à identificação, organização e catalogação de informações sobre turismo rural, turismo de base comunitária e práticas associadas à sustentabilidade e à ação coletiva. Busca-se, nessa etapa, garantir a rastreabilidade, comparabilidade e atualização contínua das informações.

A dimensão Metodologias envolve a definição de critérios analíticos e operacionais, incluindo procedimentos de revisão sistemática da literatura, classificação tipológica das iniciativas, categorização temática e protocolos de curadoria e gestão da informação. Essa dimensão também contempla a adoção de estratégias de triangulação de dados, visando aumentar a consistência analítica dos resultados.

A dimensão Comunidade compreende o engajamento de múltiplos atores sociais — incluindo instituições públicas, organizações da sociedade civil, cooperativas, associações, academia e comunidades locais —, enfatizando a participação como elemento central na produção e validação do conhecimento. Essa dimensão dialoga diretamente com os pressupostos da ação coletiva e da governança participativa, fundamentais à abordagem do turismo como bem comum.

A dimensão Inteligência diz respeito ao tratamento analítico dos dados, por meio de leitura crítica, interpretação e produção de sínteses analíticas. Busca-se identificar padrões, tendências, lacunas e contradições na literatura e nas experiências analisadas, contribuindo para a construção de conhecimento aplicado à formulação de políticas públicas e estratégias territoriais.

A dimensão Infraestrutura abrange os recursos técnicos, tecnológicos e institucionais necessários ao funcionamento do observatório, incluindo plataformas digitais de armazenamento e análise de dados, softwares de apoio à pesquisa qualitativa, além de equipe técnica qualificada. Essa dimensão também considera aspectos relacionados à acessibilidade e transparência das informações.

Por fim, a dimensão Governança contempla os mecanismos de articulação institucional, mediação de interesses e construção de redes colaborativas. Essa dimensão é central para a consolidação do observatório como espaço de produção compartilhada de conhecimento, alinhado aos princípios da co-gestão e da gestão de bens comuns.

A estratégia de coleta de dados adota um recorte territorial progressivo e escalonado. Inicialmente, priorizam-se estudos de caso no estado do Rio Grande do Sul, considerando sua relevância empírica no contexto do turismo rural e comunitário, bem como a presença de experiências associativas e cooperativas consolidadas. Em um segundo momento, amplia-se a análise para a região Sul do Brasil, abrangendo os estados do Paraná e de Santa Catarina. Posteriormente, conforme a disponibilidade de dados e a pertinência analítica, poderão ser incorporados casos de outras regiões do país, permitindo uma abordagem comparativa, multiescalar e sensível às diversidades territoriais.

No que se refere às fontes de dados, a pesquisa bibliográfica será realizada de forma abrangente e sistemática, contemplando bases nacionais e internacionais de produção científica. Dentre as principais bases acadêmicas, destacam-se: Google Acadêmico, *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO*, *Redalyc* e o Portal de Periódicos CAPES. Complementarmente, serão consultados repositórios institucionais de universidades públicas e privadas, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de bases especializadas em ciências sociais e rurais.

No campo específico do turismo e das ciências sociais aplicadas, também serão exploradas bases como o Directory of Open Access Journals (DOAJ), EBSCOhost, ScienceDirect e JSTOR, ampliando o alcance internacional da revisão. Para o levantamento de literatura cinzenta, serão considerados relatórios técnicos, documentos institucionais e publicações de organismos nacionais e internacionais, como o Ministério do Turismo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A pesquisa documental incluirá ainda dados provenientes de instituições públicas e órgãos de gestão do patrimônio e do turismo, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAEE), além de secretarias estaduais e municipais de cultura, turismo, desenvolvimento rural e planejamento. Também serão consideradas informações oriundas de cooperativas, associações comunitárias e redes de turismo de base local, quando disponíveis.

O tratamento dos dados será realizado por meio de análise qualitativa de conteúdo, conforme Bardin (2011), com foco na identificação de categorias analíticas relacionadas ao turismo como bem comum, à ação coletiva, às formas de governança e às políticas públicas.

A sistematização das informações será operacionalizada por meio de planilhas estruturadas e bancos de dados digitais, permitindo a organização segundo variáveis como território, tipologia de turismo, arranjos institucionais, atores envolvidos, práticas de cooperação e estratégias de sustentabilidade.

Por fim, destaca-se que a metodologia proposta ultrapassa uma abordagem meramente descritiva, inserindo-se em uma perspectiva processual, relacional e colaborativa de produção de conhecimento. O observatório é concebido como uma infraestrutura de inteligência territorial, capaz de articular dados, atores e práticas, contribuindo para o fortalecimento da governança participativa, da ação coletiva e da formulação de políticas públicas voltadas ao turismo rural e comunitário no Brasil.

4. Discussão dos Resultados

A sistematização preliminar do estado da arte evidencia uma lacuna significativa na literatura no que se refere à compreensão do turismo a partir da perspectiva dos bens comuns. Embora o campo dos estudos turísticos tenha avançado na incorporação de temas como sustentabilidade, governança e participação social, ainda são incipientes as abordagens que integram essas dimensões sob um enquadramento analítico centrado na lógica dos *commons*. Conforme argumenta Briassoulis (2002), apesar das características intrínsecas do turismo — tais como o uso compartilhado de recursos, a interdependência entre atores e a necessidade de coordenação coletiva —, a literatura permanece limitada à exploração do setor e pouco se fala do turismo como um sistema de bens de uso comum.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se consideram os desafios estruturais do turismo contemporâneo, particularmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas. No caso brasileiro, Beni (2006) aponta o paradoxo entre o crescimento econômico do setor e a persistência — ou mesmo intensificação — de desigualdades territoriais e sociais. De modo complementar, Panosso Netto e Gaeta (2010) ressaltam a necessidade de qualificação contínua dos profissionais do turismo, destacando que a ausência de capacitação adequada compromete a capacidade do setor de promover desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Nesse contexto, a teoria dos bens comuns oferece um arcabouço analítico robusto para reinterpretar essas tensões. Ostrom (1990) demonstra que a sustentabilidade de recursos

compartilhados depende da construção de regras coletivamente definidas, sejam elas formais ou informais, o que implica reconhecer a centralidade das instituições locais e da ação coletiva. Berkes (1998), ao propor a noção de co-gestão, amplia essa perspectiva ao enfatizar a importância de arranjos colaborativos entre diferentes níveis de governança, articulando conhecimentos tradicionais e científicos. Hess (2008), por sua vez, contribui ao expandir o conceito de bens comuns para incluir novos domínios — entre eles, o turismo —, reforçando sua natureza híbrida, que articula dimensões materiais e imateriais.

A incorporação da abordagem dos sistemas socioecológicos, conforme proposto por Janssen (2010), reforça a necessidade de compreender o turismo como um sistema adaptativo complexo, no qual interagem dinâmicas ecológicas, econômicas e socioculturais. Tal perspectiva é particularmente relevante em contextos de turismo de base comunitária, nos quais os recursos utilizados — como territórios, paisagens, biodiversidade e patrimônios culturais — são compartilhados e dependem de práticas coletivas de manejo e conservação. Nesse sentido, a sustentabilidade do turismo está diretamente condicionada à capacidade das comunidades de estabelecer mecanismos eficazes de governança e coordenação coletiva.

Adicionalmente, a contribuição de Krippendorff (2001) permite aprofundar a análise ao situar o turismo no entrelaçamento entre lazer, trabalho e mobilidade, evidenciando as transformações mútuas que emergem das interações entre visitantes e comunidades anfitriãs. Essa perspectiva reforça o entendimento do turismo como prática relacional, na qual os impactos — positivos ou negativos — são co-produzidos pelos diferentes atores envolvidos.

Diante desse cenário, os resultados iniciais indicam que o “Observatório do Turismo como Bem Comum – Tourism Commons” se configura como uma inovação relevante no campo, ao propor uma infraestrutura de conhecimento voltada à sistematização, análise e disseminação de informações sobre turismo comunitário e práticas sustentáveis. Ao reunir dados dispersos, identificar lacunas na produção científica e fomentar redes de cooperação, o observatório contribui para a consolidação de uma abordagem integrada do turismo como bem comum.

Além disso, o observatório apresenta potencial estratégico para o monitoramento de políticas públicas e para o fortalecimento de práticas de governança participativa, especialmente em contextos rurais e periféricos. Ao articular diferentes atores — comunidades locais, instituições públicas, academia e sociedade civil —, cria-se um ambiente

propício à construção de soluções coletivas, alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da equidade social.

Por fim, destaca-se que, ao promover a sistematização de dados e a análise crítica das práticas existentes, o observatório não apenas supre lacunas acadêmicas, mas também se posiciona como instrumento aplicado de transformação social. Nesse sentido, contribui para o avanço de modelos de desenvolvimento turístico mais inclusivos, territorialmente enraizados e orientados pela lógica dos bens comuns, especialmente no âmbito do turismo de base comunitária.

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o turismo a partir da perspectiva dos bens comuns, articulando contribuições da sociologia rural, da economia rural e das teorias da ação coletiva. A partir da sistematização do estado da arte e da proposição de um modelo metodológico baseado em observatórios, foi possível evidenciar que o turismo, especialmente em contextos rurais e comunitários, constitui-se como um campo analítico promissor, porém ainda pouco explorado sob a ótica da governança compartilhada.

Os resultados indicam que, embora o turismo seja amplamente reconhecido como estratégia de diversificação econômica no meio rural, sua compreensão como bem comum ainda é incipiente, tanto na literatura quanto nas práticas institucionais. Essa lacuna revela a necessidade de abordagens que integrem dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais, superando visões fragmentadas e incorporando a centralidade da ação coletiva na gestão dos recursos.

Nesse sentido, o estudo dialoga diretamente com o campo do cooperativismo, associativismo e demais formas de ação coletiva no meio rural, ao evidenciar o papel estratégico de organizações comunitárias — como associações, cooperativas e redes territoriais — na construção de alternativas de desenvolvimento baseadas na cooperação, na reciprocidade e na gestão compartilhada. Tais elementos mostram-se fundamentais para a consolidação de práticas de turismo de base comunitária alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da justiça social.

A proposta do Observatório do Turismo como Bem Comum – Tourism Commons configura-se como uma contribuição metodológica relevante, ao oferecer uma estrutura

analítica e operacional capaz de articular dados, atores e práticas. Ao integrar dimensões como dados, metodologias, comunidade, inteligência, infraestrutura e governança, o observatório posiciona-se como instrumento de apoio à produção de conhecimento aplicado e à mediação entre academia, territórios e políticas públicas.

Do ponto de vista empírico, a aproximação com uma comunidade quilombola em área rural evidencia o potencial de construção de iniciativas turísticas orientadas por lógicas próprias, baseadas na valorização do território, da memória e dos saberes tradicionais. Essa experiência reforça a importância de abordagens participativas e eticamente comprometidas, nas quais as comunidades são reconhecidas como sujeitos ativos na definição de seus próprios caminhos de desenvolvimento.

No campo das políticas públicas, o estudo destaca avanços importantes, como a inserção do turismo rural em programas voltados à agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, bem como iniciativas de apoio ao turismo de base comunitária. No entanto, persistem desafios relacionados à fragmentação das políticas, à descontinuidade institucional e às limitações no acesso por parte das comunidades, evidenciando a necessidade de maior articulação entre escalas de governança e de fortalecimento dos mecanismos de participação social. Ao propor a articulação entre turismo, bens comuns e ação coletiva no contexto da sociologia rural, este estudo contribui para o avanço de uma agenda analítica ainda incipiente no Brasil, oferecendo um referencial integrado capaz de dialogar com desafios contemporâneos do desenvolvimento territorial. Diferentemente de abordagens predominantemente descritivas, a pesquisa avança ao integrar reflexão teórica, estrutura metodológica e inserção empírica em curso, posicionando-se como uma proposta aplicada de construção de instrumentos para a governança do turismo como bem comum.

Por fim, destaca-se que a continuidade da pesquisa permitirá o aprofundamento das análises empíricas, especialmente a partir do acompanhamento de experiências territoriais e da consolidação do observatório como ferramenta de inteligência coletiva. Espera-se, com isso, contribuir tanto para o avanço do debate acadêmico quanto para o fortalecimento de práticas e políticas públicas voltadas ao turismo rural e comunitário no Brasil.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: MDA, s.d.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: MTur, s.d.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2006.
- BERKES, F. **Sacred ecology**: traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia: Taylor & Francis, 1998.
- BRAMWELL, B; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n. 4-5, p. 411–421, 2011.
- BRIASSOULIS, H. Sustainable tourism and the question of the commons. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 1065–1085, 2002.
- CHAMBERS, E. **Native tours**: the anthropology of travel and tourism. 2. ed. Prospect Heights: Waveland Press, 2000.
- DREDGE, D; JENKINS, J. **Tourism planning and policy**. Milton: John Wiley & Sons, 2007.
- ESCOBAR, A. **Territories of difference**: place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.
- GOMES, C et al. Observatórios de turismo: conceitos, modelos e aplicações. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 431–449, 2016.
- HESS, C. Mapping the new commons. **SSRN Electronic Journal**, 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1356835>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- JANSSEN, M. A. **Introducing ecological economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.
- MACCANNELL, D. **The tourist**: a new theory of the leisure class. New York: Schocken Books, 1976.
- MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina**: gênese, características e políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.
- MURPHY, P. E. **Tourism**: a community approach. New York: Methuen, 1985.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PANOSSO NETTO, A; GAETA, C. **Turismo de experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

PINHO, D. B. **Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 20, n. 2, p. 245–249, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87–145, 2000.

ZAPATA, M. J. et al. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 8, p. 725–749, 2011.